XVII CONBRACE
IV CONICE 2011
11 A 16 SET | PORTO ALEGRE
CIÊNCIA & COMPROMISSO SOCIAL
IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

GOVERNO ELETRÔNICO NO MERCOSUL: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE EM TELA

Hosana Larissa Guimarães Oliveira
Dr. Augusto Cesar Rios Leiro

RESUMO

O estudo em tela apresenta parte das reflexões desenvolvidas em torno das políticas públicas de esporte na América do Sul. Trata-se de uma pesquisa que elegeu as políticas públicas, o esporte e o governo eletrônico como categorias teóricas principais e objetivou discutir a gestão do esporte nos países do Mercosul. Dois procedimentos metodológicos foram considerados: levantamento bibliográfico e documental. A primeira técnica possibilitou um reconhecimento teórico do esporte como direito de todos e o governo eletrônico como espaço-tempo capaz de prestar informações; promover controle social e interagir com o cidadão. O segundo procedimento tomou os dez países do Mercosul como universo investigativo da pesquisa, considerou seus governos eletrônicos como documentos dinâmicos de divulgação de políticas públicas e levantou informações nas páginas eletrônicas oficiais dos ministérios setoriais. Ficou evidente após a análise dos serviços oferecidos que a informação é colocada em diferentes níveis de qualidade e quantidade em cada país; o controle social ainda é limitado e a interação é restrita ao envio de mensagens na maioria dos portais.

Palavras Chave: *Políticas Públicas; Gestão; Esporte; Governo Eletrônico.*

ABSTRACT

The study in screen presents part of the reflections developed around public policy of sport in South America. This is a research that elected the public policies, the sport and e-government as the main theoretical categories and intended to discuss the management of sport in the Mercosur countries. Two procedures were considered: bibliographic and documentary survey. The first technique allowed a theoretical recognition of sport as a universal right and e-government as space-time can provide information, promote social control and interact with citizens. The second procedure took the ten countries of Mercosur as investigative universe of research, considers its e-government as dynamics documents of dissemination public policy and elicited information on the official websites of ministries. It was evident after reviewing the services provided that the information is placed in different levels of quality and quantity in each country, the social control is still limited and the interaction is restricted to sending messages in most portals.

Keywords: *Public Policy; Management; Sport; Electronic Government*

RESUMEN

El estudio presenta una parte de las reflexiones desarrollado en torno de la políticas públicas del deporte en la América del Sur. Esta es una encuesta que eligió a las políticas públicas, los deportes y el gobierno electrónico como las categorías teóricas principales y buscou analizar la gestión del deporte en Países del Mercosur. Dos enfoques fueron considerados: bibliográfico y documental. La primera técnica permite el reconocimiento teórico del deporte como un derecho universal y el gobierno electrónico como um espacio-tiempo que puede proporcionar la información, promover el control social e interactuar con los ciudadanos. El segundo procedimiento se llevó a los diez países del Mercosur como universo de la investigación, tenga en cuenta sus de gobierno electrónico como documentos dinâmicos de la difusión de las políticas públicas y se planteou información en los sitios oficiales de los ministerios. Era evidente después de revisar los servicios, que la información se coloca en los diferentes niveles de calidad y cantidad en cada país, el control social es aún limitada y la interacción se limita a enviar mensajes en la mayoría de portales.

Palabras Clave: *Políticas Públicas; Gestión; Deport; Gobierno Electrónico*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A internacionalização da economia e os crescentes interesses comuns da América Latina têm concorrido para a ressignificação de desafios globais e continentais. Subjazem nesse processo os passos para o acordo de criação de um bloco econômico interessado no Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Segundo dados oficiais do portal deste acordo, ele foi fundado em 1991 por quatro países da América do Sul, a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai, e mais tarde se uniram a este bloco seis países sul-americanos, a Bolívia, o Chile, a Colômbia, o Equador, o Peru e a Venezuela. O Mercosul, ao lado da política econômica comum e da livre circulação de bens e serviços, também se propõe a ações em distintos campos de interesse. Cabe destacar, o Mercosul Educacional, o Mercosul Cultural, Saúde no Mercosul.

Para que este acordo possa contribuir positivamente para a diminuição das desigualdades em seus países, o processo de cooperação internacional e de integração regional deve qualificar suas políticas públicas setoriais e edificar princípios como democracia, transparência, sustentabilidade, diversidade e universalidade.

Neste contexto, a partir das informações *on line* disponíveis em rede pelos órgãos pesquisados, o presente estudo objetivou entender o modo de organização da gestão das políticas públicas e mapear os projetos e programas de esporte no Mercosul,

ESPORTE COMO DIREITO SOCIAL E SUAS RELAÇÕES COM O ESTADO

Para discutir os direitos sociais importa refletir e conceituar a cidadania. Buscando ampliar o debate que a restringe ao papel do Estado em "conceder direitos", ou aos conceitos liberais que a trazem num sentido ligado ao "direito à propriedade privada", reconhecemos a cidadania como "uma qualidade

conquistada na prática e como fundamento da construção de uma democracia participativa, [...] campo de forças em que direitos e deveres são ligados por lutas sociais" (FAVERO, 2010, p.7).

Nesta perspectiva, a cidadania está posta para além de eventuais concessões, mas como uma conquista da sociedade civil[1], que diz respeito tanto a direitos quanto deveres. É caracterizada pelo conflito, por tratar de lutas que trazem em seu cerne as desigualdades sociais e a busca por melhores condições de vida, tudo isto dentro do contraditório contexto que forma a sociedade capitalista.

Portanto, ao trazer o esporte como um direito social, estamos nos reportando ao seu entendimento como construção histórica e conquista humana. Segundo Castellani Filho (2008), o homem produz buscando atender a determinadas necessidades sociais que são estabelecidas ao longo da edificação societária, cabendo, então, questionar para quais necessidades o esporte foi criado. O autor sugere que a busca por esta resposta nos remeta à gênese do esporte.

A origem em questão implica reconhecer algumas características que estão imbricadas no esporte, inclusive seu enunciado como "esporte moderno". Tal binômio surge na ambiência da cultura europeia, por volta do século XVIII, e se desenvolve sob influência da Revolução Industrial. A esportivização dos elementos da cultura corporal na sociedade inglesa modificou os jogos, antes populares, em práticas marcadas por competição, rendimento, *record*, racionalização e cientifização do treinamento (BRACHT, 2005). Tais características são reafirmadas por Castellani Filho (2008, p. 132), quando discute o esporte "enquanto manifestação humana surgida e desenvolvida na sociedade moderna sob o capitalismo industrial".

Nesta perspectiva, são pertinentes as palavras de Bracht (2005), quando aponta que o esporte também será elemento de atenção do Estado no que diz respeito a sua participação em maior ou menor contribuição neste processo de reprodução do capital, seja por meio da reprodução da força de trabalho ou pela estabilização das tensões sociais que pode trazer.

O mesmo autor argumenta que são distintos os interesses, intencionalidades e objetivos que podem levar o Estado a intervir no esporte. Os países em desenvolvimento referenciam-se nos países do primeiro mundo em duas ações fundamentais: a primeira, de afirmação nacional pelo esporte, em âmbito internacional e, a segunda, de "preservação da saúde da população" e "melhoria da qualidade de vida", como formas de compensar os problemas da vida urbana. Além disso, no contexto atual, não podemos deixar de citar os interesses econômicos[2].

Por isso, Linhales (2001) afirma que o esporte como instituição social está politizado. Sua trajetória é marcada por vários resultados que provêm de conflitos entre campos antagônicos, pelos diferentes interesses em jogo, tendo o Estado como importante protagonista institucional. A disputa acontece pelas possibilidades de firmação e legitimidade dessas intencionalidades num contexto que envolve o Estado e a sociedade e requer melhor compreensão acerca da particularidade do esporte como direito de todos e como políticas públicas de Estado.

O ESPORTE COMO OBJETO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

[1] Tomamos aqui o conceito de Gramsci, que entende "a sociedade civil como 'parte orgânica' do Estado, como âmbito dotado de especificidade, mas somente compreensível se integrado a uma totalidade histórico-social" e também como projeto político (NOGUEIRA, 2003, p.187).

[2] Para Bracht (2005, p.87), "essa dimensão, a econômica, tende a assumir a posição central na questão dos motivos de intervenção do Estado".

Na tentativa de conceituar aquilo que chamamos de Políticas Públicas, retornaremos a Favero (2010), quando as define como ações e reações do Estado em resposta a demandas da sociedade. O autor acrescenta que as políticas públicas não se dão apenas pelas relações do Estado com a sociedade civil, pois a economia e as tradições históricas e culturais também exercem influências.

Ao explicitar os objetivos das políticas públicas em assegurar o funcionamento da sociedade em harmonia, através da superação de conflitos e da garantia da manutenção do sistema vigente, Amaral (2004) reforça a sua finalidade como objeto de manutenção do sistema político e econômico. Para Behring (2008), elas não significam necessariamente a diluição dos conflitos, mas sim um terreno importante de luta de classes, que, no contexto neoliberal, vive o paradoxo da reivindicação por melhores condições de vida, dentro de um cenário de corte de gastos públicos, para a reprodução da força de trabalho.

Desta forma, as políticas públicas estão colocadas como assinatura do Estado para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Para Teixeira (2002), seus objetivos são: atender às demandas, especialmente das classes menos favorecidas, mais urgentes; garantir e ampliar direitos dos cidadãos; gerar o desenvolvimento, através de alternativas de emprego e renda, para tentar compensar as lacunas deixadas por outros tipos de políticas, como as de estratégia econômica; mediar conflitos entre atores sociais, pela contradição de interesses que possuem.

No caso específico das políticas sociais, elas estão mais voltadas para tentativas de diminuição das desigualdades sociais. Segundo Behring (2008), tanto a variedade, quanto a cobertura universal ou segmentada, o financiamento e outros aspectos destas políticas dependem das relações entre as classes sociais e demais segmentos, assim como das condições econômicas gerais que vão interferir nas opções políticas e econômicas do poder público.

O reconhecimento das políticas sociais para esta autora acontece dentro das relações sociais do modo de produção capitalista, quando a classe trabalhadora assume papéis políticos, tendo seu auge junto à implementação do modelo de Estado do bem-estar social[3]. Este ápice vai durar apenas enquanto duram os anos de ouro do capitalismo, pois a regulação econômica e social proposta não elimina as condições de produção e reprodução das desigualdades que decorrem da cumulação do capital. Concordando com este pensamento, Frigotto (1999, s/p) traz que "um capitalismo que regula o mercado e o capital não deixa de ser capitalismo e, portanto, não supera a existência das classes sociais, e portanto, das desigualdades".

Na década de 1990, começam as reformas do Estado sobre a tríade da desregulamentação, da descentralização e das privatizações, e logo os investimentos em políticas sociais deveriam ser reduzidos, já que o ideal neoliberal entende a democracia como liberdade de escolha dos serviços que estão disponíveis no mercado, e a qualidade dos mesmos seria melhorada a partir da livre concorrência. Como Rocha (2004, p. 192) afirma:

> A implementação do projeto neoliberal trouxe conseqüências às propostas de desenvolvimento do país. Em parte, isso se deve ao fato de o mercado ser concebido como definidor das relações humanas, tornando princípios como democracia, justiça social, cidadania, nocivos ao projeto hegemônico da eficiência econômica. Esse projeto contraria os interesses do sistema que, centrado na ideologia dominante, [...] alargando

[3] Vale esclarecer que os padrões de bem-estar alcançados na Europa não foram os mesmos vividos na América Latina.

> ainda mais as desigualdades sociais pela transferência das responsabilidades do Estado para o capital privado.

Neste sentido, o agravamento dos problemas sociais é caracterizado pela participação mínima do Estado na sociedade, em relação às áreas consideradas essenciais, como educação, saúde, segurança pública, lazer e esporte.

Com isso, percebe-se um recuo das responsabilidades estatais, tanto no que diz respeito à economia, quanto no gerenciamento das políticas sociais, dando lugar a um mercado livre de interferência, que cada vez mais tem domínio sobre a vida social. Mascarenhas (2004) aponta que se antes o esporte e o lazer eram caracterizados como *antimercadoria*, agora assumem posição de subordinação real ao capital.

A conformidade do esporte à lógica da sociedade de consumo, através da chamada indústria do entretenimento, acaba reproduzindo também seus valores, e com isso a exclusão e o distanciamento entre as classes terminam alargando-se pela mercantilização das manifestações culturais. Para Castellani Filho (2006), essa é a síntese de uma concepção de organização social que exprime a cidadania pela capacidade consumidora do cidadão e entende as manifestações culturais como produtos susceptíveis ao mercado.

Sabe-se que as políticas públicas influenciadas pela concepção neoliberal continuam trazendo o viés assistencialista e servindo para amenizar vários problemas sociais oriundos da disseminação da ideia de Estado Mínimo. Desta forma, torna-se comum o esporte posto como caminho para viabilizar outros direitos ou para substituir necessidades oriundas das reformas dos Estados neoliberais. Para Linhales (2001), esta dimensão utilitarista e assistencial do esporte acaba dificultando o seu entendimento como bem cultural historicamente construído e direito social.

Castellani Filho (2008, p.138), ao analisar políticas públicas de esporte, afirma que ainda não rompemos com esta lógica do esporte como mercadoria, e sintetiza da seguinte forma: "o produto mais elaborado do esporte para quem pode pagar e o produto mais básico, de qualidade menor, para aqueles que não têm a capacidade econômica de se apropriar do produto [...]".

Neste sentido, Bracht (2005) traz que as estruturas dos sistemas esportivos foram construções diretas ou induzidas dos Estados, a partir da ideia de que sua função primordial seria melhorar o desempenho da representação nacional em nível internacional. Este fator dificulta a superação do modelo de pirâmide ao qual o esporte está colocado nas gestões públicas, como uma fonte para a obtenção de resultados internacionais, sejam eles em capital simbólico, político ou econômico.

Desta forma, a indicação essencial para uma política pública esportiva e democrática é a superação do modelo piramidal com sua perspectiva de produzir atletas de alto rendimento, que ainda permanece firme para a maioria dos políticos e é defendida pelos sistemas esportivos nacionais e internacionais. Esta defesa não se restringe ao fato da procura por campeões, mas de uma massa de consumidores para os produtos e subprodutos do esporte espetáculo e de rendimento (op. cit).

A afirmação do esporte na perspectiva emancipatória requer ir além do seu acesso formal. Para tal postulado, é necessário que o mesmo seja ressignificado e redimensionado, dando-lhe sentido político e significado social. Com isso, torna-se imprescindível configurar uma política de alcance popular e pluralidade cultural (CASTELLANI FILHO, 2008).

O esporte, tomado como atividade de lazer, traz significados diferentes da perspectiva do esporte performance. Ele é entendido como prática social que faz da cultura legada historicamente pela humanidade e de grandes possibilidades.

Portanto, o esporte como atividade de lazer deve ser ampliado e garantido como experiência comunitária de políticas públicas setoriais. Nesta perspectiva, Bracht (2005, p. 88) defende seu entendimento como "políticas culturais de lazer", justificando que, assim, outras manifestações da cultura corporal, mesmo não esportivizadas, não necessitam ficar subordinadas ao conceito de esporte, tendo que se moldarem a ele para serem objetos de atenção do poder público.

Estas ações voltadas às políticas culturais de lazer, segundo Leiro (2006), devem ir além da constatação da realidade e do relaxamento, mas, para tanto, é essencial que tais ações estejam voltadas à coletividade, ao invés do individualismo, a solidariedade e a organização estejam colocadas no lugar da barbárie, ao invés de ações com visões acríticas diante dos problemas sociais e ambientais.

GOVERNOS ELETRÔNICOS E CIDADANIA

As mudanças provocadas pelos processos de globalização no papel do Estado em construir suas políticas públicas implicam em novas formas de gestões. O questionável ideário do Estado mínimo coloca para os governos a necessidade de reduzir seus gastos e modernizar suas administrações, em nome da transparência[4], eficiência, flexibilidade e agilidade em suas estruturas organizacionais. Importa reafirmar o papel estratégico do Estado na garantia dos direitos fundamentais e na difusão das informações públicas com vistas à valorização do conhecimento. Nesse cenário, Lemos e Rocha (2007) reconhecem as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como a nova realidade que vem trazer mudança nas gestões, possibilitando a reestruturação e o desenvolvimento nos países emergentes. Porém, cabe refletir criticamente acerca da equação que intenta inserir nossa sociedade desigual na realidade dos progressos tecnológicos e na chamada sociedade da informação.

Os autores afirmam que para marcar posição e para o desenvolvimento de estratégias a médio e longo prazos, os governos de todo o mundo estão obrigados a inovar em suas gestões, considerando, para tal, as potencialidades das TIC. Pinto (2003) cita como princípios referentes à modernização da gestão das políticas públicas de esporte e lazer a informatização de processos e a divulgação dos serviços públicos; a qualificação e a valorização de quadros; a desburocratização, a flexibilidade e a agilidade nos processos; a otimização do uso de recursos públicos e as avaliações sistemáticas.

Um dos meios para se atingirem tais princípios está na inserção das gestões governamentais no mundo digitalizado, através dos Governos Eletrônicos (e-Gov). Segundo Vaz (2003), os conceitos de e-Gov ainda não estão consolidados e são muito genéricos; as noções mais ampliadas encontradas na literatura o consideram como um conjunto de diversas possibilidades de uso das TIC pelos governos, que trazem como ofertas básicas de serviços ao cidadão a partir da internet: prestação de serviços, controle social e interação com os usuários.

Lemos e Rocha (2003) afirmam ainda que, na verdade, o que existem são estudos em vários países demonstrando os benefícios dos e-Gov, dentre eles: o fortalecimento de processos de democratização dos governos, a melhora de prestação de serviços e consulta ao cidadão; a transparência na administração; a eficiência nas gestões e a diminuição de gastos públicos, além de otimização do relacionamento com os funcionários.

[4] "As Páginas de Transparência têm como missão promover a visibilidade dos gastos públicos e incentivar o controle social para que as práticas da Administração Pública sejam pautadas pela legalidade e pela ética" (BRASIL, 2010).

Podemos considerar os e-Gov como instrumentos potenciais de democracia e de interação entre cidadãos e governos públicos. Para tanto, tem-se a clareza de que não basta modernizar as gestões, estas ações devem estar acompanhadas de programas de inclusão digital, que ultrapassem a mera instrumentalização do uso das TIC, e caminhem em direção da educação pela emancipação.

ABORDAGENS METODOLÓGICAS

Tomamos como base a abordagem dialética que, segundo Konder (1981), é o modo elaborado de pensar a realidade em função do seu reconhecimento como essencialmente contraditória e em constante transformação. A dialética também pressupõe considerar que o conhecimento é sempre provisório e não pretende esgotar a realidade a que se refere.

O universo investigativo da pesquisa reuniu os 4 países fundadores que fazem parte do Mercosul: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e seus 6 países associados: Bolívia, Chile, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, no total de 10 países, como fonte de estudo. A opção por este recorte justifica-se pelo acordo firmado entre estas nações, que objetiva ir além de questões econômicas.

Realizamos uma busca nos portais oficiais, no período de maio a agosto de 2010, nos órgãos responsáveis pelas políticas públicas de esporte dos países investigados. Os portais constituem-se em documentos dinâmicos, que servem como veículo de divulgação das ações públicas e de interação com a sociedade civil (SENNA, 2009). Para a identificação do endereço eletrônico fizemos um levantamento no Portal Oficial do Mercosul, reconhecendo os serviços oferecidos, a organização de suas gestões no campo das políticas públicas de esporte e seus desdobramentos em projetos e programas.

Para a análise dos dados, nos apoiamos nos estudos de Duarte e Barros (2005) sobre análise documental, que consiste na extração científica e informativa dos dados, propondo-se a identificar as novas mensagens subjacentes no documento, conseguindo trazer novas perspectivas, sem deixar de respeitar a substância original e considerando também o contexto em que estão inseridos.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E GOVERNOS ELETRÔNICOS NO MERCOSUL

Como pode ser observado na Tabela I, a seguir, o lugar do esporte nas gestões públicas difere de país para país. Apenas três entre os dez países investigados possuem um ministério específico para o Esporte, predominando a sua ligação a diversos setores. Marcellino (2007) afirma que o lugar que ele deve ficar não tem importância, desde que não se restrinja a propostas de campanha, mas que se efetive de fato. O que as experiências vêm demonstrando é que a criação de pastas específicas traz mais autonomia administrativa e financeira, enquanto que, vinculado a outros setores, o esporte nem sempre consegue reconhecimento específico.

No que tange ao entendimento do esporte e de suas manifestações que orientam as ações públicas, é possível identificar algumas proximidades entre as gestões. Estas categorias são o ponto de partida na elaboração dos projetos e programas, e o enfoque a ser dado pelo Estado indica quais as intencionalidades e objetivos que se esperam atingir com o esporte.

Tabela I: Organização da Gestão do Esporte nos países do Mercosul

PAÍSES	ÓRGÃO GESTOR		Categorias que orientam os programas e projetos
	MINISTÉRIO	SECRETARIA/ INSTITUTO	
ARGENTINA	Desenvolvimento Social	Secretaria de Esporte	Esporte Social/ Esporte de Alto Rendimento
BOLÍVIA	Saúde e Esporte	Vice-Ministério do Esporte	não identificado
BRASIL	Esporte		Esporte de Rendimento/ Esporte Educacional/ Esporte Participação
CHILE		Instituto Nacional de Esporte	Formação/ Recreação/ Competição/ Alto Rendimento/ Ciências do Esporte/ Infraestrutura
COLÔMBIA	Cultura	Instituto Colombiano de Esporte	Atividade Física/ Lazer/ Esporte
EQUADOR	Esporte		Esporte/ Educação Física/ Lazer/ Esporte Adaptado
PARAGUAI		Secretária Nacional de Esporte	Esporte educacional/ Esporte participação/ Esporte de rendimento
PERÚ	Educação	Instituto Peruano de Esporte	Capacitação Esportiva/ Esportes Federados/ Lazer e Promoção do esporte/ Serviços Biomédicos
URUGUAI	Turismo e Esporte	Direção Nacional do Esporte	Educação Física/ Esporte/ Lazer
VENEZUELA	Esporte		Atividade Física/ Esporte de Rendimento

Ao considerar os e-Gov como fonte de estudo das políticas públicas de esporte, verificamos os serviços que são oferecidos pelos mesmos e suas contribuições para a democratização das gestões pesquisadas.

O Portal da Secretaria de Esporte da Argentina traz como destaque em sua página principal notícias referentes ao esporte no país; a revista *DeportesAR* (publicação digital sobre temas relacionados aos atletas e ao esporte como um todo no país) oferece um sistema de busca no sítio virtual e um espaço de interação para envio de mensagens, além de números de telefones, endereço e fax. Traz informações referentes à organização da secretaria e, a partir de duas seções/áreas, esporte social e esporte de alto rendimento, torna público os planos estratégicos para os programas e projetos desenvolvidos.

As ações da primeira área estão voltadas para os mais diversos públicos, incluindo crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com necessidades especiais; envolvem atividades físicas, esportivas e culturais, focando a prática massiva nos bairros e a melhoria da qualidade de vida dos argentinos. A segunda área tem um público bem definido de atletas, para-atletas e busca por talentos esportivos. Os programas voltam-se à concessão de bolsas, prevenção e controle do *doping*, pesquisas aplicadas ao esporte e criação de centros de documentação esportiva.

Na Bolívia, o esporte está vinculado à área da saúde, e logo o enfoque de seu portal está associado a esta perspectiva, sendo reservado um espaço mínimo para o esporte no e-Gov, com informações referentes ao vice-ministro e as funções colocadas ao órgão. Desta forma, não foi possível mapear as ações desta gestão para o esporte, apenas identificar seus objetivos para a promoção da saúde da população e o crescimento do esporte no país, garantindo aos jovens o acesso a campos esportivos. Entendemos que esta concepção encontra-se restrita e limitada, necessitando de ressignificação e redimensionamento do esporte, conforme reflexão anterior de Castellani Filho (2008).

No Brasil, o portal traz na página inicial notícias relacionadas ao Ministério, o destaque a alguns projetos e programas, agenda do ministro, *link* para a ouvidoria pública, com possibilidades de contato via *e-mail*, por correspondência e via portal, além de *links* de interesse e sistema de busca. O sítio virtual está organizado a partir de janelas específicas para cada secretaria e outra mais geral para o Ministério, com informações sobre cada órgão e as ações desenvolvidas em cada um deles. É possível acessar, ainda, a legislação nacional esportiva, fazer consulta a processos e prestação de contas do Ministério.

O Ministério do Esporte brasileiro acolhe três secretarias nacionais: esporte educacional, de desenvolvimento do esporte e lazer e de esporte de alto rendimento. Para o esporte educacional, o foco está no "Programa Segundo Tempo", que acontece no contraturno escolar, prioritariamente com crianças e jovens em situações de risco. O esporte participação/lazer é prerrogativa da Secretaria de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, que conta com o Programa Esporte e Lazer da Cidade, oferecendo diversas modalidades e atendendo a diferentes públicos, e com a Rede Cedes de pesquisadores. Estes possuem uma rede de pesquisas em busca da qualificação das políticas públicas de esporte e lazer, um centro de documentação esportiva, jogos para povos indígenas e financiamento de infraestrutura e equipamentos destinados a práticas corporais. No esporte de alto rendimento, são concedidas bolsas a atletas e para-atletas em diversas modalidades; jogos e competições esportivas nacionais e internacionais; um banco de dados para a identificação de futuros atletas e uma rede de centros para a excelência esportiva.

O e-Gov do Instituto Nacional de Esporte do Chile está organizado a partir das categorias citadas na Tabela I e coloca como destaque o fomento a projetos e programas esportivos através de editais. O portal oferece o Serviço Integral de Atenção Cidadã (SIAC), onde o visitante pode encaminhar perguntas, dúvidas ou consultar processos, além de disponibilizar os telefones de seus departamentos e possuir uma biblioteca esportiva digital.

Os projetos e programas contam com um Fundo para financiamento, total ou parcial, o FONDEPORTE, regulamentado pela Lei do Esporte no país. Destacam-se os programas que trazem as mulheres como foco de ação para a prática da atividade física; as escolas abertas à comunidade, nas quais são desenvolvidas atividades utilizando os equipamentos disponíveis para a comunidade do entorno; além de um programa que busca a implantação de mil escolas de futebol, em todo território, para jovens até 15 anos; possuem escolas estratégicas, que desenvolvem modalidades estratégicas para a conquista de medalhas em competições internacionais. No alto rendimento, apoiam atletas e federações e dão suporte aos talentos esportivos. Para tanto, criaram um complexo esportivo que oferece residência, treinamento e assistência geral. A partir do fundo esportivo, financiam obras de infraestrutura e implantação de equipamentos esportivos, por meio de editais.

O portal oficial do Instituto Colombiano do Esporte traz diversas informações e serviços ao internauta/cidadão. A página principal esboça um *menu* com informações sobre a instituição; os programas desenvolvidos; o Sistema Nacional de Esporte, informando sobre os organismos que os

constitui; oferta de emprego; planejamento institucional e uma biblioteca esportiva. Destaca alguns programas e projetos desenvolvidos, trazendo enfoque nas notícias e *links* de interesse. Os serviços oferecidos contam com um sistema de atendimento ao cidadão, para reclamações, consultas e sugestões, com orientações para atendimento presencial, por correspondência, por fax ou telefone e via internet, através de mensagens ou *chat*; enquete sobre quem deve ser o atleta do ano; e um portal de navegação exclusivo para crianças, montado didaticamente para este público alvo.

Na página deste Instituto há um espaço destinado aos projetos institucionais, no qual, para atividade física, desenvolve um programa buscando a diminuição dos níveis de sedentarismo da população; para o lazer, são realizados jogos indígenas, acampamentos para jovens e adultos baseados no voluntariado e um projeto maior, denominado "Novo Começo", que se destina especificamente aos idosos e envolve atividades culturais, artísticas e corporais, almejando a valorização da cultura e o estilo de vida ativa. No esporte, há competições e jogos intercolegiais, universitários e para funcionários públicos; apoio financeiro aos atletas e para-atletas; jogos olímpicos e para-olímpicos nacionais.

O Ministério do Esporte no Equador dá ênfase a notícias relacionadas aos atletas nacionais e seus desempenhos em campeonatos. Está organizado a partir das seguintes janelas: quem somos, serviços, atividades, projetos, leis, boletins informativos e contato. Em alguns desses espaços não há informações disponibilizadas. Há *links* de interesse, telefones para contato e uma área para o envio de mensagens ao órgão.

Assim como o Instituto Colombiano, o e-Gov deste Ministério traz uma janela específica para divulgar seus projetos por área de atuação, expõe seus objetivos, público-alvo, investimento, entre outros. No campo do esporte, são realizados jogos e campeonatos esportivos nacionais para crianças, jovens e adultos; na Educação Física, oferecem cursos e formação para professores, treinadores e técnicos, e desenvolvem projetos esportivos educacionais para estudantes e comunidade como um todo; no lazer, são promovidas colônias de férias para todas as idades, com atividades ao ar livre, realizam torneios para grupos vulneráveis e especificamente para povos indígenas e afro-equatorianos, além de capacitação para líderes de bairros desenvolverem atividades esportivas em suas comunidades. No esporte adaptado, trazem atividades físicas ao ar livre para um público mais geral e campeonatos esportivos nacionais específicos a para-atletas.

O Portal da Secretaria Nacional do Esporte do Paraguai, na página inicial, está formatado a partir de notícias sobre o esporte no país, notadamente sobre atletas e seleções. É possível acessar a Lei que regulamenta o esporte no país; a lista das federações paraguaias e das campeãs em 2009; todos os *e-mails* de seus departamentos e o *link* para o portal oficial da Presidência do Paraguai. É possível enviar mensagens pelo portal e deixar a opinião sobre a página numa enquete específica. Há um espaço dedicado a informações sobre a secretaria, nas quais janelas relacionadas à Política Nacional do Esporte, projetos e programas, estão em construção. Portanto, o único dado que foi possível captar neste portal encontra-se no projeto "Esporte Escolar Educativo", onde o esporte, segundo o Ministro, é defendido como serviço público para dignificar e elevar a qualidade da educação, e tem-se a possibilidade daqueles com o devido talento seguirem uma carreira profissional. Com isso, apesar de trazer um caráter educativo, o projeto traz implícita a busca por talentos esportivos.

O Instituto Peruano de Esporte oferece diversos serviços ao cidadão: informações sobre o instituto; notícias relacionadas aos atletas e seleções peruanas; e calendário semanal de eventos esportivos em todo o país. Possui um sistema de transparência, no qual são disponibilizadas leis, planos estratégicos

do instituto e informações financeiras. Para contato, oferece espaço para o envio de mensagens e número telefônico.

Não existe um espaço específico para a divulgação de informação dos programas e projetos desenvolvidos pelo instituto, as informações foram levantadas a partir das notícias divulgadas em cada direção. Na área da capacitação esportiva, o instituto desenvolve projetos de formação para professores de Educação Física, treinadores e técnicos; para os esportes e atletas federados oferece apoio financeiro; no campo do lazer e promoção do esporte são realizados jogos esportivos de caráter massivo, programas de verão, campeonatos de futebol e festivais específicos para idosos; além de realizar cursos e eventos científicos ligados à medicina e às ciências aplicadas ao esporte.

A Direção Nacional do Esporte no Uruguai organiza seu e-Gov a partir de quatro blocos principais: Novidades (notícias, das quais as últimas postagens datam de 2009); Institucional (com metas estabelecidas e conquistas); Galeria (ainda em construção); e alguns *links* relacionados. Não há espaço para a interação com o cidadão, apenas informa endereço e telefones de seus setores. Assim, não deixa explícito quais são os projetos e programas que desenvolvem.

Neste caso, os dados referentes às ações foram extraídos das notícias, e logo as informações são correspondentes ao ano de 2009. Dentre eles, estão programas de verão pela costa uruguaia (ligados ao turismo); a realização do I Congresso Nacional do Esporte em busca da construção de uma lei que regulamente o esporte no país; programas voltados ao futebol infantil e à realização de projetos de Educação Física e Lazer em escolas consideradas em situação de risco. Entendemos que esta utilização assistencialista do esporte dificulta sua legitimação enquanto bem cultural e direito social (LINHALES, 2001).

Na Venezuela, o portal inclui notícias relacionadas a eventos esportivos; informações referentes ao órgão gestor, no sentido de sua organização e missão; espaço de interação via mensagens; e *links* para outros sítios virtuais de organismos públicos venezuelanos. Este e-Gov foi utilizado para debater o Sistema Nacional de Atividade Física, Esporte e Lazer, por meio de um questionário aberto, onde as pessoas responderam a 14 perguntas, expressando suas opiniões a respeito do tema.

Os programas e projetos identificados estão em destaque na página inicial do Ministério do Poder Popular para o Esporte. Entre eles: as escolas de iniciação esportiva; jogos esportivos nacionais municipais e escolares; apoio a atletas; desenvolvimento de pesquisas aplicadas ao esporte e outras competições envolvendo modalidades olímpicas. Não encontramos ações publicadas que previssem atividades esportivas de caráter universal, o que aponta o inverso daquilo que Linhales (2001) defende sobre o esporte imbricado na construção social do direito ao lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados demonstram que em sua maioria os portais analisados oferecem como serviço principal notícias e informações referentes ao esporte, que variam em quantidade e qualidade entre os países. Predomina como meio de interação com o cidadão a possibilidade de envio de mensagens. Quanto à transparência nas gestões, os e-Govs ainda precisam ser mais explorados, pois nem todos os países trazem os portais como mecanismos importantes de divulgação de suas políticas e oferecimento de serviços ao cidadão. No entanto, é possível perceber algumas ações positivas que caminham em direção de governos mais democráticos e populares.

Fica evidente que são diversos os interesses que levam o Estado a intervir no esporte. O lugar que este ocupa nas gestões públicas e em suas organizações determinam seus desdobramentos em políticas públicas.

Pelas características históricas, políticas e econômicas dos países analisados, os resultados encontrados fortalecem o entendimento de Bracht (2005), ao afirmar que os países em desenvolvimento absorveram, dos países do primeiro mundo, dois direcionamentos para suas ações no esporte: o primeiro, de afirmação nacional, pela visibilidade em âmbito internacional, e o segundo, de "preservação da saúde da população" e "melhoria da qualidade de vida", como forma de compensar os problemas da vida urbana.

É digno de nota a atenção predominante ao esporte de alto rendimento, em todos os países do Mercosul, em decorrência do seu extraordinário espaço midiático e consequente atração dos maiores investimentos interessados na visibilidade e consumo.

Diante dos limites, potencialidades e proximidade dos países sul-americanos, torna-se importante qualificar as relações internacionais com vistas a ampliar a cooperação e a integração do MERCOSUL, notadamente no âmbito das políticas públicas de esporte.

Sendo assim, reconhecemos a necessidade de aprofundamento do estudo em tela e a importância da socialização das experiências desenvolvidas em cada país como desafio estratégico de fortalecimento dos vínculos culturais, científicos e tecnológicos, bem como da consolidação de gestões comprometidas com a emancipação humana e o desenvolvimento social dos povos sul-americanos.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. **Secretaria de Esporte**. Disponível em: http://www.deportes.gov.ar/. Acesso em: 19 nov 2010.

AMARAL, S. C. F. Políticas Públicas. In: GOMES, C. L.(Org.) **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

BEHRING, E. R. Políticas Sociais: Seus Fundamentos Lógicos e suas Circunstâncias Históricas. In: GARCIA, C. C.; HÚNGARO, E. M.; DAMASCENO, L. G. (Org). **Estado, Política e Emancipação Humana**: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais. Santo Anadré: Alpharrabio, 2008.

BOLÍVIA. **Ministério da Saúde e Esportes**. Disponível em: http://www.sns.gob.bo. Acesso em: 19 nov 2010.

BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/. Acesso em: 19 nov 2010.

BRASIL. **Transparência Pública**. Controladoria Geral da União. 2010. Disponível em: http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/origem/index.html. Acesso em: 26 nov 2010.

BRACHT, V. **Sociologia Crítica do Esporte**: uma introdução. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

CASTELLANI FILHO, L. O Estado Brasileiro e os Direitos Sociais: O Esporte. In: GARCIA, C. C.; HÚNGARO, E. M.; DAMASCENO, L. G. (Org). **Estado, Política e Emancipação Humana**: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais. Santo André: Alpharrabio, 2008.

CHILE. **Instituto Nacional de Esportes**. Disponível em: http://www.chiledeportes.gov.cl/. Acesso em: 27 nov 2010.

COLÔMBIA. **Instituto Colombiano de Esporte**. Ministério da Cultura. Disponível em: http://www.coldeportes.gov.co. Acesso em: 27 nov 2010.

DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

EQUADOR. **Ministério do Esporte**. Disponível em: http://www.deporte.gob.ec. Acesso em: 27 nov 2010.

FAVERO, C. A. **Apresentação da disciplina Políticas Públicas Sociais e Setoriais** – Texto para debate. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

GENTILI, P. Neoliberalismo e Educação: o manual do usuário. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. da (Orgs.). **Escola S.A.** Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. 2. ed. Brasília: CNTE, 1996.

KONDER, L. **O que é Dialética?** 25 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEIRO, A. C. R. Educação, lazer e cultura corporal. In: **Revista Presente**, v. 53, p. 47-53, 2006.

LEMOS, A; ROCHA, F. Governos Eletrônicos. In: LEMOS, A. (org). **Cidade Digital, Inclusão e Redes no Brasil**. EDUFBA, Salvador – Bahia, 2007.

LINHALES, M. A. Jogos da Política, Jogos do Esporte: Subsídios À reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e Esporte**: políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2001.

MARCELLINO, N. C. Políticas Públicas de Esporte e Lazer: O papel do poder público e do Terceiro Setor. In: MAIA, L. F. dos S.; OLIVEIRA, M. V. de F.; MENDES, M. I. B. de S. **Poder público, terceiro setor e controle social**: interfaces na construção de políticas de esporte e lazer. Natal: CEFET-RN, 2007.

MASCARENHAS. F. "Lazerania" também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. In: **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, 2004.

MERCOSUL. Disponível em: http://www.mercosur.org.uy. Acesso em: 18 nov 2010.

NOGUEIRA, M. A. Sociedade Civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol.18, nº. 52, junho de 2003.

PARAGUAI. **Secretaria Nacional do Esporte**. Acesso em: http://www.snd.gov.py. Acesso em 19 2010.

PERÚ. **Instituto Peruano de Esporte**. Acesso em: http://www.ipd.gob.pe/. Acesso em 19 2010.

PINTO, L. M. S. de M. Inovações e avaliação: desafios para as políticas públicas de esporte e lazer. WERNECK, C. L. G.; ISAYAMA, E. F. (Org). **Lazer, recreação e Educação Física.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ROCHA, L. C. Políticas Públicas de Lazer: um olhar sobre a realidade brasileira. In: **Diálogos Possíveis**. Salvador, V. 3, n.2, p. 191-199, 2004.

ROCHA, L. C. **Políticas públicas no subúrbio ferroviário**: (in)visibilidade na dinâmica da cidade de Salvador. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2003.

SENNA, L.B. **Sítios virtuais e políticas públicas de esporte e lazer**: o território 18 em tela. Monografia de Graduação (Licenciatura em Educação Física) - Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2009.

TEIXEIRA. E. C. **O papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na transformação da realidade**. Publicação AATR, Salvador, 2002.

URUGUAI. **Direção Nacional do Esporte**. Disponível em: http://www.deporte.gub.uy. Acesso em: 21 nov 2010

VAZ, J. C. **Limites e possibilidades do uso de portais municipais para promoção da cidadania**: a construção de um modelo de análise e avaliação. São Paulo: EAESP/FGV, 2003, Tese de doutorado.

VENEZUELA. Ministério do Poder popular para o Esporte. Disponível em: http://www.mindeporte.gob.ve/portal2009. Acesso em: 25 nov 2010.

VIEIRA, L. **Cidadania e globalização**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Hosana Larissa Guimarães Oliveira
larissa_guimaraes@yahoo.com.br
Rua da Poeira, Nº 55/104. Nazaré. Salvador-Ba.

CEP: 40040-520

Augusto Cesar Rios Leiro
cesar.leiro@ig.com.br
Rua Arnaldo Lopes da Silva, Nº 12/1502. Costa Azul. Salvador-Ba.
CEP: 41770-035

Recurso necessário para comunicação oral: Data show

HOSANA LARISSA GUIMARÃES OLIVEIRA
Especialista em Metodologia da Educação Física e Esportes – Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (Bahia – Brasil)
E-mail: larissa_guimaraes@yahoo.com.br

Dr. AUGUSTO CESAR RIOS LEIRO
Doutor em Educação – Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Professor da UFBA e da UNEB (Bahia – Brasil)
E-mail: cesar.leiro@ig.com.br